

## **MATERIALISMO HISTÓRICO E EXISTÊNCIA -DISCURSO GEOGRÁFICO E UTOPIAS**

**Everaldo Batista da Costa & Júlio César Suzuki**

Professor doutor da Universidade de Brasília / GEA - UnB  
Campus Universitário Darcy Ribeiro - ICC Norte - Subsolo - Módulo 23 - Brasília (DF)  
everaldocosta@unb.br

Professor doutor da Universidade de São Paulo / DG - USP  
Cidade Universitária – Av. Prof. Lineu Prestes, 338, São Paulo (SP)  
jcsuzuki@usp.br

Recebido 27 de novembro de 2011, aceito 20 de abril de 2012

**RESUMO:** As utopias, que perpassaram a filosofia antiga e compõem a história da ciência, parece ser negligenciadas pelos geógrafos que fazem da crítica radical o objeto primeiro de seu fazer científico. Este ensaio introdutório, então, assume as utopias espaciais como *possibilidades* para um discurso geográfico que deve saltar a crítica radical dogmática. Para tanto, o materialismo histórico e o existencialismo são apresentados como métodos a serem trabalhados pelo geógrafo de forma não dicotômica, em nome de uma *práxis manipulativa integradora* e em prol da *geografia* como ciência e como existência. Faltam à fenomenologia da existência humana uma necessária plenitude e nitidez, ao passar indiferente diante da base material da existência histórica, em que existência humana, existência histórica e situação prática são elementos entrelaçados da realidade material e ideal.

**Palavras-chave:** utopias espaciais, discurso geográfico, materialismo histórico, existência.

**ABSTRACT:** Utopias, which have permeated the ancient philosophy and make up the history of science, seem to be neglected by geographers for which radical critique is the major object of their scientific work. This introductory essay considers the spatial utopias as possibilities for a geographic discourse that should pass by the dogmatic and radical critique. For this purpose, historical materialism and existentialism are presented as methods that must be worked out by the geographer in a non-dichotomous way, in the

name of an integrative manipulative practice and on behalf of geography as a science and as existence. The phenomenology of human existence requires fullness and clearness, when passing indifferent to material basis of historical existence, where human existence, historical existence and practical situation are interwoven elements of material and ideal reality.

**Keywords:** spatial utopias, geographic discourse, historical materialism, existence.

## PREÂMBULO

### AFIRMAÇÃO DAS UTOPIAS E DIÁLOGO DE MÉTODOS

O presente ensaio convida a uma reflexão que advém da temática abordada no XII Simpósio Nacional de Geografia Urbana – *Ciência e Utopia: por uma geografia do possível*. Nesse sentido, o fio condutor desta reflexão assenta-se no seguinte questionamento: a análise geográfica crítica radical (no viés do urbano) reconhece o papel das utopias para a elucidação da realidade concreta?

Nossa hipótese é a de que tal corrente, por vezes, ao enfatizar a retórica da transformação revolucionária, endossa a negação do Estado e do planejamento urbano, deixando pouco espaço para a incorporação das utopias como elementos da *geografia do possível* (objeto temático do XII Simpurb).<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Marcelo L. de Souza (2004) trata como ponto de partida metodológico relevante para a Geografia o planejamento territorial. Conforme o autor, quando o planejamento objetiva o desenvolvimento socioespacial como a qualidade de vida e a justiça social para determinado local, a Geografia recorre à pesquisa social básica, teórica e empírica, para pensar o planejamento como estratégia de desenvolvimento e de mudança social positiva. Nesse sentido, talvez seja possível aceitar o argumento de que, atualmente, a criação de metodologias para a elaboração de modelos favorece à superação entre “mundo concreto” e “mundo ideal” (utópico), desde que tais modelos não sejam estáticos e consigam captar o movimento do espaço. A negação a essas possibilidades, então, reverbera a negação a uma utopia espacial (por assim dizer, é uma negação à compreensão das contradições ou dos conflitos socioterritoriais a partir da lógica do próprio planejamento).

Lembremos que, ao longo da história do mundo moderno, as utopias foram reforçadas no repertório filosófico. Conforme Ianni (2011, p. 363),

*A história do mundo moderno é também uma história de utopias. Em cada sociedade e em cada época, em âmbito nacional e em âmbito mundial, formulam-se utopias sobre ‘a cidade ideal’, a ‘terra sem males’, o ‘reino da transparência’, o ‘mundo sem fronteiras’, a ‘aldeia global’, a ‘comunidade plena’, o ‘paraíso’, o ‘eldorado’ (Ianni, 2011, p. 363).*

As utopias refutam o presente e projetam um futuro esperado, desejado, no limiar entre o possível e o impossível. Às vezes, fazem uma apologia ao passado e identificam uma “idade de ouro”, algo que se perdeu, que seria operacional na recriação (Ianni, 2011).

Assim, as utopias anunciam possibilidades, a emergência do diferente. Afirmamos, então, que as utopias são um projeto da ciência; um manifesto presente nos fatos sociais, pois são denunciativas e propositivas. Reconhecemos o papel das utopias enquanto possibilidade e abertura para os métodos e as metodologias das ciências, ou seja, um de seus propulsores<sup>2</sup>.

Nesse contexto, a utopia mescla o possível e o impossível, o sofrimento e a libertação, o concreto e o pseudoconcreto<sup>3</sup>, a negação e a afirmação do ser no

<sup>2</sup> Outro dos propulsores da ciência está nos dilemas sociais, econômicos, culturais, técnicos etc., que perpassam a sociedade, cujas transformações exigem mudanças significativas da ciência, dos métodos interpretativos e das metodologias.

<sup>3</sup> A noção de concreto e pseudoconcreto advém de Kosík (1976), ao discorrer sobre a concreticidade do mundo (sua essência ou seu espírito) e a sua pseudoconcreticidade (o visível).

e do mundo. Por isso, são “*as ciências sociais notáveis matrizes de utopias*” (Ianni, 2011, p. 364) ao se dedicarem à leitura do indivíduo e da sociedade, das suas interpretações e das lógicas de reprodução material e imaterial. Assim, a utopia, hoje, deve aparecer como possibilidade de um pensamento que aponte para a não naturalização dos eventos (muitos dos quais, trágicos); deve reconhecer modelos particulares que redefinem mesmo novas possibilidades para a captura do movimento do mundo e, por assim dizer, sua essência.

Utopia é uma intenção para a prática<sup>4</sup>, um caminho para a transformação, totalidade da *práxis manipulativa* do cotidiano, experimento, o próximo e o distante em diálogo e contradição nos lugares do acontecer. Utopia é, então, produto da imaginação em busca de liberdade, igualdade e fraternidade, do governo do povo, para o povo, pelo povo (Ianni, 2011).

Longe de se consubstanciar como uma “ilusão trágica” (como quer Friedrich Nietzsche<sup>5</sup>), a utopia perfaz-se como uma “ilusão necessária” para lançar luz às insatisfações da modernidade. Por isso, uma geografia do possível elaborada pela teoria crítica deve orientar o pensamento e informar a ação; deve ter implicações práticas, concretas, estratégicas (Paula, 2011).

No contexto da busca de uma *geografia do possível*, o planejamento urbano tem sido firmemente criticado tanto por intelectuais marxistas quanto por conservadores, lembra-nos Souza (2004a). Crítica desferida porque acredita-se que o Estado capitalista está a serviço das classes dominantes, o que faz do planejamento urbano um benefício para tal classe, caracterizando-o como

<sup>4</sup> E a intenção para a ação prática se faz na prática intelectualiva.

<sup>5</sup> NIETZSCHE, F. (2004). *A Gaia Ciência*. Trad. Jean Melville. São Paulo: Martin Claret.

conservador. O radicalismo, no entanto, impede-nos de conceber a possibilidade de uma contra-hegemonia no próprio planejamento, o que pode ocorrer, sobretudo, com a emergência da participação popular; o que pode ser considerado como uma nova utopia. De acordo com Souza (2004, p. 21):

*(...) os críticos afirmam que não valeria a pena perder tempo com ele (o planejamento), a não ser para rejeitá-lo, já que não se trata de colaborar para perpetuar esta sociedade (capitalista); o que importa seria fazer a denúncia desta sociedade como injusta e, ao mesmo tempo, contribuir para a sua superação por uma via revolucionária.*

Seguindo o argumento de Souza (2004), de que somente a via revolucionária teria sentido para os críticos do planejamento, vale lembrar que o Estado não se constitui como um bloco coeso e uniforme; mas sim marcado por várias contradições e hiatos, em que forças sociais se misturam em relações de luta pelo poder e pelo alcance da concretização de suas intenções, o que se revela, densamente, na leitura das leis promulgadas na história social e das ações contraditórias presentes na gestão do Estado por meio dos governos em seus vários níveis (federalis, estaduais e municipais).

A relação entre “cidade” e “utopia” não advém do presente. Conforme Harvey (2004), as utopias, de maneira geral, recebem uma forma distintivamente urbana (e o pensamento utópico, por vezes, perpassa a reflexão sobre as cidades e o planejamento).

*Essa ligação (cidade-utopia) precede em muito a primeira*

*aventura de Sir Thomas More com o gênero utópico de 1516. Platão vinculou formas ideais de governo com sua república fechada de maneira a entrelaçar os conceitos de cidade e de cidadão, e a cidade-estado de Faécia, descrita na Odisséia de Homero, exhibe muitas das características a que More mais tarde aludiu. A tradição judeu-cristã definiu o Paraíso como um lugar peculiar para o qual vão todas as boas almas depois de suas provações e tribulações no mundo temporal. (Harvey, 2004, p. 207)*

Desse modo, este ensaio visa a apresentar a correlação entre o materialismo histórico e o existencialismo como fundamento de método para abertura às possibilidades práticas da vida ativa nas cidades, ou seja, para direcionar o pensamento e as ações em prol de uma utopia espacial. Se, por um lado, alguns geógrafos críticos posicionam-se veemente contra o planejamento estatal, por outro, os conservadores críticos, ligados aos interesses empresariais (especialmente vinculados ao capital imobiliário), contribuem para disseminar e legitimar uma visão imediatista do planejamento, além de desqualificar a preocupação existente com a regulação estatal da terra urbana, como destaca Souza (2004).

Assim, apresentamos as utopias espaciais (ligadas ao pensamento e às ações sobre as cidades) como possibilidades da práxis integradora e a correlação de métodos como alternativa para uma *geografia do possível*.

*O pensamento crítico instaura o ato de acusação contra as representações que conduzem à renúncia do possível enquanto*

*utopia concreta. Nada portanto de um imaginário abstrato, devaneante, pois se trata de abordar o espaço de maneira diferente da efetuada pelas ciências tal como consagradas, que o recortam, o fragmentam, o analisam, mas não chegam a atingir uma síntese superior ao deixar na sombra a dialética do possível-impossível constitutiva do real. Virtual, complexo e transdisciplinar por excelência, o urbano recusa qualquer abordagem que o fragmente em domínios parciais do conhecimento disciplinar. Urge pensá-lo, entre e além das disciplinas, para construir o futuro, para nós e nossos filhos. (Paula, 2011, p. 02)*

A incorporação do materialismo e do existencialismo ao pensamento geográfico, circunspectamente, pode contribuir para a superação da crítica negativa, ortodoxa e dogmática, que se quer e que se diz dialética mesmo negando a simultaneidade da hegemonia e da contra-hegemonia dos agentes produtores do espaço, ou seja, as imposições e as resistências do/no processo.

### **NOTAS SOBRE MATERIALISMO HISTÓRICO E EXISTÊNCIA**

O materialismo histórico faz-se teoria do fato histórico, da atividade social concreta. O marxismo é a teoria da revolução proletária e a crítica revolucionária da sociedade burguesa, conforme Marcuse (1968). É neste autor da Escola de Frankfurt, sobretudo, que nos baseamos para apontar a possibilidade de uma leitura fenomenológica do materialismo e de uma dialética da fenomenologia, no intuito de superarmos a crítica radical pouco propositiva.

Se o marxismo vive da indestrutível unidade entre *teoria e prática, ciência e fato*, e, se cada análise marxista deve contemplar esta unidade (Marcuse, 1968), qual o propósito de uma Geografia Crítica que ignora as possibilidades de transformação espacial do presente, tanto por meio da negação do Estado, quanto pela refutação da eficácia mínima de seus instrumentos de ordenamento espacial? Qual caminho deve ser trilhado em direção a uma *geografia do possível*, se as possibilidades do planejamento e dos instrumentos urbanísticos são obscurecidas? Cabe, na formação do geógrafo, junto ao conhecimento crítico estudos sobre a prática do planejamento e da gestão do território na busca da concreção do *possível*?

Se a negação da qual estamos tratando ocorre no âmbito do discurso, a mesma não se efetiva na prática, visto que, por vezes, seus agentes defensores acabam por atuar, diretamente, no âmbito do Estado, por meio da prestação de serviços de consultorias e da gestão público-privada. Consubstancia-se, assim, um emergente paradoxo: a possibilidade da teorização num viés e a prática em outro, pois o sujeito inserido em um sistema não está, realmente, impedido de ser um crítico deste mesmo sistema.

A referência seguinte ilustra o debate proposto:

*(...) muitas dessas análises apontam como fundamental, e mesmo indispensável, a necessidade de intervir na realidade através do planejamento urbano, que é justificado como único caminho capaz de restituir o processo continuado da valorização do capital. Esse espaço produzido de modo abstrato realiza-se como espaço geométrico e vazio – condição da ação*



*planificadora que, fazendo tabula rasa da prática socioespacial, reduz sistematicamente a cidade ao seu quadro físico, inerte. Passível de intervenção, a cidade que se produz é portadora da ideia de que o cidadão confunde-se com o usuário de meios de consumo coletivo dispostos no espaço da mesma. Desse modo, a ‘fé cega’ no planejamento urbano representa a vitória da ordem calcada na racionalidade lógica que funda o saber técnico sobre a transformação, estabelecendo o fundamento da produção do espaço abstrato (Carlos, 2009, p. 301).*

Para Carlos (2009, p. 301), o planejamento concebe o espaço enquanto “espaço vazio”, ignorando o mundo das relações sociais; revela um “mundo sem relações sociais, um espaço sem tempo, sem plano ou espessura, vazio de vida, reduzido a um código”. É fundamental reconhecer a importância desta análise para a Geografia, visto que salienta a necessidade de compreensão do espaço enquanto concreto-abstrato e para além da geometria do mundo, perspectiva de muitos de seus estudos. A interpretação de Carlos (2009) envereda pela visão de um Estado autoritário e incapaz da leitura e do diálogo com várias instâncias de poder presentes na sociedade, cujos anseios e posições permeiam as ações estatais, o que se faz um fato notório. Contudo, o jogo de forças está presente na realização do planejamento e de sua execução: oligarquias diversas, movimentos sociais, populações atingidas etc. estão presentes, de alguma forma, como presença ou como ausência, nas mãos e nas mentes dos planejadores. Assim, como situar a “fé cega” no planejamento urbano e quais alternativas se

colocam para além da crítica radical que desqualifica o planeamento? Ou seja, parece haver uma lacuna, ainda, para a tratada *geografia do possível*.

Henri Lefebvre (1991) reconhece o papel dos intelectuais voltados ao entendimento dos meios pelos quais a sociedade existente se organiza e organiza sua cotidianidade, segundo *ordens próximas*: o morar e a moradia, a mobília, o horóscopo, o turismo, a cozinha, todas as atividades que dão lugar a publicações, catálogos, guias, tratados etc. Porém, conforme o autor tais teóricos honestos limitam-se a si mesmos ao colocarem de um lado o pragmatismo, o funcionalismo e o ativismo operacional, e de outro, o abandono e a entrega dos problemas às mãos dos especialistas. Logo, a tratada *geografia do possível* está no reconhecimento e *operacionalização* das utopias espaciais. Nesse sentido, tem importante lugar a afirmação de Lefebvre, ao correlacionar limites da reflexão teórica, da ação prática e o papel das utopias – e de fato, é sobre os limites da teoria e da ação prática que versamos:

*toda reflexão que não se contenta com refletir, com ratificar as pressões, com aceitar os poderes e legalizar a força das coisas, toda outra reflexão contém uma utopia. Isso significa que ela procura seu ponto de inserção na prática e não separa o conhecimento de uma política que não coincidiria com a do poder em vigor. Utopia? A esse epíteto, a essa injúria, a essa melopeia responderemos: 'Mas é claro! Todos utopistas, inclusive você, desde que não seja interia e cegamente submisso, desde que você deseje outra coisa e não seja um executante, um esbirro'. (Lefebvre, 1991, p. 84)*

Quando Damiani (2009, p. 336) afirma que “*a inclusão de territórios de uso da população proletarizada, sob o avanço dos processos de capitalização e valorização do espaço e do ideário da sustentabilidade, com o seu adorno conveniente, expõe essa população a formas de expropriação compulsória*”, fica latente o papel estratégico do planejamento (que pode ser a favor da valorização do espaço ou em prol da busca de prognósticos ou diagnósticos em prol do proletariado. O planejamento e os instrumentos urbanísticos são, como recorda o termo, *instrumentos* e, por isso, manipulados e manipuláveis para o bem ou para o mal; o caminho deve ser o da busca de uma nova *existência* da e para a humanidade, em nome de novas relações).

Amélia Damiani, na mesa intitulada *Des-encontros entre a Geografia e o urbano*, no XII Simpurb, levanta uma questão importante para nossa problematização sobre o caminho de uma *geografia do possível*:

*(...) concernente a uma inquietação em relação ao presente e ao futuro, o urbano não exige também dos geógrafos um questionamento acerca do próprio campo do conhecimento, de seus sentidos e finalidades, de seus limites e possibilidades frente ao presente no qual se delinea e prefigura o porvir? (Damiani, 2011, p. 01)*

Quando a crítica marxista nega as possibilidades da transformação por parte dos constitutivos do Estado ou da supereestrutura, nega, por conseguinte, que “as verdades do marxismo não são apenas verdades do conhecimento (crítico), e sim do acontecer” (Marcuse, 1968, p. 58). A existência humana não aparece apartada do mundo material e, por assim dizer, é exatamente nele que ela se

revela, quando os homens são sujeitos e objetos da história material do mundo, em que a história é a categoria fundamental da existência humana.

Reivindicar a realidade da existência humana, no sentido que nos propõe Marcuse (1968), é buscar, ininterruptamente, a possibilidade do novo, e não negá-lo radicalmente. Um possível caminho para tratarmos do utópico (o direito à cidade, o planejamento, a cidade de cidadãos...) face ao racional é enxergarmos a possibilidade de atualização das coisas na *práxis* enquanto prática político-econômica e espacial, em que reverbera o compromisso com a realidade concreta – busca de uma utopia experimental (Souza, 2011).

Na perspectiva marxista, ser radical significa apreender a “coisa” pela raiz, em que essa raiz é, por assim dizer, o próprio homem, de forma que toda vida social é essencialmente prática e todos os mistérios encontram sua solução racional na *práxis* humana e na percepção desta *práxis*.<sup>6</sup> Logo, apenas o ato radical, ou seja, revolucionário-transformador, modifica a existência humana (e não a crítica pela crítica). Por isso, Marcuse (1968) afirma que, de início, o método adotado por Marx é “puramente fenomenológico”.

Se da obra de Marx apreendemos que os reordenamentos geográficos, as estratégias espaciais de reestruturação capitalista, os desenvolvimentos geográficos desiguais são alguns aspectos essenciais para a acumulação e reprodução do capital (Harvey, 2004), essas lógicas não se despregam do mundo que se realiza em concretude. Totalização do espaço, ocupação do território ou representação e produção de paisagens são elementos inerentes à existência

<sup>6</sup> Questão aprofundada em Marx, Karl; Engels, Friedrich. *A Ideologia Alemã*.

humana histórica. Assim, o espaço concreto-abstrato possibilita a compreensão de nossa própria existência, enquanto seres no e do mundo, pois nos remete ao tempo e à matéria, ou seja, à noção de processo e de transformação históricos; o espaço é o elemento de nossa mediação e, por assim dizer, de nossa existência.

A perspectiva marxista harveyniana, por exemplo, de “conectar o microespaço do corpo com o macroespaço do que, na atualidade, chama-se globalização” (Harvey, 2004, p. 74), não seria, então, uma via crítica de um materialismo que não nega o existencialismo (por mais que o autor não reconheça isso)? Nessa assertiva, há uma dialética de recíproca determinação entre a liberdade individual existencial e o condicionamento total sobre as condições particulares do indivíduo. Podemos dizer, neste ponto, que a compreensão da realidade não perpassa “somente este” ou “somente aquele” método, mas depende de nossa capacidade de correlacionar ou percorrer distintos caminhos para o alcance da concretude das formas fenomênicas.

Marx e Engels, em *A Ideologia Alemã*, apontam que, enquanto história, é a existência humana a sucessão de gerações, em que forças de produção e modos de produção não negam a existência das próprias gerações; ou, ainda, nessa história, com a vida material reproduz-se a vida ideal. A produção das representações e das ideias está imediatamente implicada na atividade material e na relação material e ideativa dos homens.

Vejamos, sobretudo com Marcuse (1968), a possibilidade de um materialismo que não nega o existencialismo, de forma a potencializar instrumentos para uma *práxis manipulativa e integradora*. A longa referência que se segue, ao longo do trabalho, a este autor da Escola de Frankfurt, faz-se primordial nesta discussão

sobre dois métodos que, *a priori*, contrapõem-se.

*Fenomenologia significa: indagação e acesso que se deixam deduzir dos próprios objetos, quer dizer: trazer os objetos plenamente à vista. Os objetos, porém, estão à disposição primeiramente na historicidade. (Marcuse, 1968, p. 78)*

A esfera da historicidade começa, enquanto situação histórica concreta, já no ponto de partida da pergunta em busca do objeto: ela abrange a peculiar pessoa do interrogante, a direção da sua pergunta e o modo do primeiro aparecer do objeto (Marcuse, 1968). Falhos são o método e a ciência que, em um salto, negligenciam a historicidade de seu objeto. “Por isto, uma não colocação da atual historicidade na análise fenomenológica, implica que a indagação não enfoque seu objeto plenamente” (Marcuse, 1968, p. 79). Mais ainda, para Marcuse, a fenomenologia não deve deter-se na demonstração da historicidade do seu objeto, para de novo tomá-lo na esfera da abstração; ela precisa mantê-lo sempre na mais extrema concreção, “precisa introduzir a mais completa situação histórica, sua concreta ‘base material’ na análise enquanto uma permanente indagação na historicidade de um objeto histórico” (Marcuse, 1968, p. 79). Conforme a leitura do autor, falta à fenomenologia da existência humana uma necessária plenitude e nitidez, ao passar indiferente diante da base material da existência histórica.

Existência humana, existência prática e situação histórica são elementos disjuntivos de análise da realidade concreta material e ideal. Assim, emerge o método dialético como o de atuação adequada ao conhecimento, ao oferecer a possibilidade de afirmação do materialismo que não nos deixa negar a existência

histórica, na busca da essência dos fenômenos. Lembremos, com Karel Kosík (1976), que o método dialético propõe avaliar o objeto de ponta a ponta, pois se a aparência fenomênica e a essência das coisas coincidissem diretamente, a ciência e a filosofia seriam inúteis. Assim, como nos propõe Herbert Marcuse, a afirmação, então, é pela simultaneidade da aplicação metodológica e não pela sucessão do enfoque, ou seja,

*Quando, por um lado, reivindicamos que a fenomenologia, começada por Heidegger em torno da existência humana, impulsiona-se na direção da concreção dialética e realize-se numa fenomenologia da existência concreta e do atual ato concreto, historicamente reivindicado, assim precisa, por outro lado, tornar-se fenomenológico o método dialético do conhecimento e fazer sua a concreção enquanto plena apreensão do seu objeto também na outra direção. Só uma síntese de ambos os métodos – uma fenomenologia dialética, que é um firme método de extrema concreção – permite à historicidade da existência humana tornar-se adequada. (Marcuse, 1968, p. 80-81)*

Para confirmar essa proposição de duplo sentido metodológico convergente, buscamos subsídio, também, em Jean-Paul Sartre, ao afirmar que não podemos negar que “o homem é, não apenas como é concebido, mas como ele se quer, e como se concebe a partir da existência, como se quer a partir desse elã de existir; o homem nada é além do que ele se faz” (Sartre, 2010, p. 25). E o homem se faz material e idealmente. Se esse é um princípio do existencialismo sartreano – o homem é o que ele faz – o homem não é outra coisa senão sua

vida. “Isso não significa que o artista será julgado unicamente a partir de suas obras de arte; milhares de outras coisas contribuem igualmente para defini-lo” (Sartre, 2010, p. 43), ou seja, um homem não é outra coisa senão uma série de empreendimentos, a soma, a organização, o conjunto das relações que constituem essas empreitadas, que são materiais e ideativas.

Para um breve parêntese, cabe retomar mais uma passagem da leitura geográfica crítica, a fim de endossar a proposição metodológica. Segundo Carlos (2009, p. 301), “sem contradição, a quantificação se basta, criando modelos e indicadores que ganham foros de verdade e fundamentam o discurso que orienta a ação planificadora”. Nesse mesmo contexto, a autora afirma que o plano diretor e o planejamento urbano aparecem como solução de conflitos e ocultam choques de interesse; a legislação urbanística surge como instrumento de distribuição mais justa dos equipamentos e serviços urbanos; a implantação de conselhos comunitários e da gestão participativa encobre a necessidade da crítica ao Estado e à política de Estado. De fato, apresenta-se uma importante análise crítica, mas permanece obscurecida, em nosso entendimento, a *geografia do possível*. Qual caminho percorre a geografia crítica radical que se entende no apontamento das *possibilidades*?

Assim, se o homem é aquilo que faz e se faz ideal e materialmente, é o próprio homem que se envolve e se permite no cerne de uma construção destrutiva, ou seja, produz sua paradoxal condição de existência que não é melhorada unicamente pela potência da crítica.

Ao refletir sobre o existencialismo e o materialismo, Sartre afirma que o primeiro é a única teoria a atribuir uma dignidade ao homem; a única que não o



considera um objeto. “Todo materialismo tem como efeito tratar todos os homens (...) como objetos (...) como um conjunto de reações determinadas que em nada se distinguem do conjunto de qualidades e fenômenos que constituem uma mesa, uma cadeira ou uma pedra” (Sartre, 2010, p. 46). Apesar de Sartre ver o universo humano como um conjunto de valores que se distingue do material, o filósofo não apresenta uma negatividade radical da objetividade do homem existente, muito menos afirma a subjetividade absoluta da existência do homem. O que o autor faz é reconhecer o existencialismo como uma teoria que dignifica o homem não como objeto, mas como centro da existência subjetiva, histórica e, por assim dizer, deduzimos nós, material-ideal do mundo.

Cabe dizer, Sartre não nivela ou busca dialogar materialismo e existencialismo, mas tenta superar a dicotomia idealismo e materialismo. E o que propomos é um esforço para encontrar, em ambos os métodos, elementos para uma *práxis manipulativa integrada e integradora*, que ofereça elementos ao discurso geográfico para que ultrapassemos a crítica negativa das condições materiais da existência concreta e ideal a partir dos lugares e junto aos que os produzem e lhes dão díspares sentidos.

Em *Esboço para uma teoria das emoções*, Sartre reconhece a incomensurabilidade entre essência e fato concreto, a partir da fenomenologia husserliana. Afirma que quem começa a investigação pelos fatos nunca conseguirá recuperar as essências, uma vez que a fenomenologia é o estudo dos fenômenos<sup>7</sup>.

<sup>7</sup> Vale, aqui, questionar se não seriam os fenômenos derradeiros e integrantes do mundo material.

*Sem, no entanto, renunciar à ideia de experiência (o princípio da fenomenologia é ir ‘às coisas mesmas’, e a base de seu método é a intuição eidética), é preciso, pelo menos, flexibilizá-la e dar um lugar à experiência das essências e dos valores, é preciso inclusive reconhecer que somente as essências permitem classificar e inspecionar os fatos. (...) a fenomenologia é o estudo dos fenômenos – não dos fatos. (Sartre, 2010a, p. 20, 24)*

E não é a existência, por essência, existência concreta (fenômenos) em uma específica situação histórica? Os fenômenos são datados e se apresentam em uma situação espaço-temporal. Por assim dizer, os fenômenos (objetos da fenomenologia) são materiais e passíveis de representação, imaginação, imagem e formulação de imaginários.

*A análise fenomenológica não deve permanecer na exibição da existência enquanto último lançamento fenomenal. Não é um mundo unitário de significação que se ligou a uma existência unitária, ligação de existência e mundo conforme o ser não se tratam de flutuantes abstrações e sim se constituem em processos históricos concretos. (Marcuse, 1968, p. 85)*

A existência é determinada no mundo e pelo mundo. O ser-no-mundo, diz Marcuse (1968), é o lançamento em uma concreta-história circunstanciada com o mundo e em-torno-do-mundo, de forma que a existência se determina e se desenvolve a partir deste mundo.

A centralidade de nossa reflexão está na afirmação de que a existência –

compreendida como coisidade no/do mundo junto à sua essência – é, ao mesmo tempo, material e espiritual, econômica e ideológica, concreta e pseudoconcreta. O movimento da existência e da situação históricas é também produzido, pensado, representado e co-representado conforme certas ideologias. E não são a negação ou a aceitação do Estado, do planejamento, da teoria crítica radical dogmática e deste próprio texto, todas, embebidas por uma particular ideologia?

Para sustentar nossa proposição, que é introdutória, mais uma vez valemos de Marcuse. A referência seguinte é bastante contundente:

*No curso da análise da historicidade, se conclui: existência é sempre existência concreta-histórica e, aliás, enquanto uma sociedade de algum modo determinada, preocupando-se ela própria adequadamente ao mundo, no qual está lançada. O modo originário de comportamento da existência é o modo prático-ativo, enquanto produção e reprodução, no qual se fundaram previamente as objetivas áreas culturais e espirituais. (Marcuse, 1968, p. 88)*

Em suma, a uma existência histórica está atrelado um espaço da vida ativa histórica em recíproca determinação. A abertura da existência tem por dependência concreta determinada porção de território. Se a essência do homem é sua existência, ele só pode indagar e reconhecer sua essência se se apreende em sua existência concreta. Pragmaticamente, a preocupação do homem dirige-o para sua existência material-espiritual em favor da sua subsistência, formação e sobrevivência, “enquanto lançado ser-no-mundo, assim com inclusão das objetividades materiais e ideais, a ele existencialmente pertencentes” (Marcuse,

1968, p. 89).

Presunção nossa seria achar que a interpretação destes dois métodos ou sua correlação pudesse se encerrar no espaço oferecido para este ensaio – tal *empresa* exige longa reflexão matizada. Contudo, trouxe elementos para o entendimento de que: *a existência, o imaginário e a representação de nossa sociedade estão, simultaneamente, vinculados às práticas espaciais, aos lugares da vida ativa*, de forma que a teoria crítica deve buscar fundamentos para a discussão das possibilidades (mesmo utópicas) concretas e menos perversas nos lugares (busca de uma utopia experimental a partir de elementos do materialismo histórico e do existencialismo não dicotomizados). Talvez, aqui resida um viés para elucidação da almejada *geografia do possível*.

Para Damiani (2011) que, no viés de uma crítica implacável aos instrumentos de gestão, debate esta *geografia do possível*, a ação prática assume não só a carga de uma negação das separações, a pesquisa por novas maneiras de pensar e conhecer as cidades é condição e efeito da proximidade do período urbano. Segundo a autora, “o urbano atrai a si as diversas disciplinas parcelares que aportam do passado os seus instrumentos e materiais; não podemos excluir, porém, a possibilidade da criação de novas delas” (Damiani, 2011, p. 01).

Como encontrar a *geografia do possível* no pensamento único? A análise de Almeida (2008, p. 34) também nos é salutar, ao afirmar que a abordagem humanista não teve eco entre os geógrafos brasileiros visto que, “na opinião de Haesbaert Costa (...), ‘o dogmatismo de esquerda, ainda hoje presente em alguns pesquisadores que se dizem dialéticos, (...) excluem o debate transformador e a emergência do novo ao elegerem previamente sua ‘linha’ como a vencedora’”.

De maneira reducionista, ser marxista ou adotar a geografia crítica prevaleceu e ganhou envergadura neste campo do saber, após a década de 1970, no intuito de afastar os geógrafos do risco de serem considerados positivistas.

Logo, ao apontar a correlação entre materialismo e existencialismo, aproximamo-nos da corrente humanista, que busca referências diversas e reconhece o ecletismo metodológico, afim de não corrermos o risco de limitação no desvendamento das lógicas que regem o espaço do homem.

### **GEOGRAFIA E ESPAÇO, DISCURSOS E UTOPIA**

*Geografia* não é o espaço e carrega um conteúdo de significado em que o espaço é uma das categorias, dentre outras, que a constitui enquanto ciência (Martins, 2007). A ciência geográfica permite-nos interpretar a realidade concreta que nos cerca; “trata-se de um processo de subjetivação que percorre procedimentos metodológicos. Uma representação subjetiva estabelecida mediante uma sistematização lógica, expressa em uma ou mais linguagens” (Martins, 2007, p. 38). Logo, a *Geografia* aponta para os aspectos fenomênicos e essenciais da realidade incorporada nas paisagens, no território e nos lugares. A busca pelo *geográfico* não é a busca pela ciência geográfica, mas a certos aspectos da realidade circundante.

O discurso crítico radical, para ter alcance espacial, precisa reconhecer que a *Geografia* “é uma categoria da existência” (Martins, 2007, p. 40). A *Geografia* é constituída por tempo-espaço, relação e movimento, expressão material e subjetiva do mundo. A matéria é entendida aqui como objetividade subjetiva do mundo, de maneira que “o conteúdo geográfico ganhará forma a

partir das noções de absoluto e relativo, contínuo e descontínuo” (Martins, 2007, p. 40). E ratificamos, sobretudo a partir desses pares e não de outros, que a forma deste conteúdo geográfico se dá sim ante o *absoluto* e o *relativo*, pois nos remete à categoria do espaço geográfico; ante o *contínuo* e *descontínuo*, pois nos conduz a dois significativos princípios lógicos que regem a Geografia: a *conexão* e a *extensão* (que acompanham a disciplina ao longo de sua história, assumindo diferentes interpretações conforme o desenvolvimento das técnicas e a evolução da própria ciência).

Essa perspectiva dialética da ciência geográfica possibilita-nos entender o materialismo histórico e o existencialismo como métodos que, mesmo contrapostos *a priori* – e Marx e Engels trataram de *contraposição entre as cosmovisões materialista e idealista* –, são potenciais para o amplo alcance de uma teoria crítica propositiva e não negativa ortodoxa. A reflexão acerca do caráter ontológico da Geografia, seguida por Élvio Rodrigues Martins, nos ajuda a balizar o debate:

*Apresentada a Geografia como categoria da existência, podemos, agora, conferir-lhe a condição de fundamento ontológico, uma vez que a existência tem relação com a definição do ser. A partir disso, a ciência geográfica observa e analisa um fundamento do Existir do ente, fundamento este responsável pela qualidade da essência desse ente, ou seja, a definição do seu ser. A Geografia passa a ser agora categoria da existência. Revela-se como fundamento ontológico da definição do ser de um ente. Esse ente que é o homem, e sua*

*objetivação, o meio. A essência do ser configurar-se-á a partir de determinações geográficas (e históricas), posto que são determinações da existência. O ser do homem se confundirá com a mundaneidade do meio, em que a dicotomia entre homem-meio é superada quando tomamos o nosso ser a partir das nossas objetivações, e de nossas objetivações na construção de nossa subjetividade. Esse ir e vir não é mero jogo de palavras, nem forma prolixa vazia, mas sim a dificuldade da expressão escrita de uma dinâmica viva. (Martins, 2007, p. 40-41).*

Ora, *Geografia* enquanto categoria complexa da existência perfaz-se na dialética objetividade-subjetividade do mundo, de maneira que o viver no mundo está atrelado à forma material da existência objetiva e ideativa. O espaço, então, deve ser entendido na dialética do concreto-abstrato, em que o concreto é o lugar do cotidiano, da vida ativa, e o abstrato é posto pela essência-existência daqueles e daquilo que o compõe. Tanto um (o lugar) quanto o outro (seus componentes) constituem a totalidade que reúne o singular e o universal, perpassado pelo particular.<sup>8</sup>

A *Geografia*, como ciência das utopias espaciais (da cidade ideal, do direito à cidade, do planejamento territorial), e como categoria da existência, reconhece que o saber e o poder se consubstanciam no vivido. Nesse pressuposto reside, em germe, a possibilidade de anulação da crítica radical não propositiva. Talvez

<sup>8</sup> Para a compreensão da relação entre universal-particular-singular, ver: LUKÁCS, Georg (1965). *Prolegomenos a uma Estética Marxista*. Cidade do México: Grijalbo, 1965.

caiba ao discurso geográfico incorporar (para além de elementos de métodos distintos como o materialismo histórico e o existencialismo) uma *ecologia dos saberes* para, assim, alcançar o *vivido, locus* da existência. Seria fazer uso contra-hegemônico da ciência hegemônica; seria a emergência de uma *Geografia atuante*. Na proposta de Boaventura de Sousa Santos, a ciência emerge não como monocultura (e a *Geografia* a partir da crítica radical ortodoxa), mas como parte de uma ecologia mais ampla de saberes, em que o saber científico dialoga com o saber laico, com o saber popular, com o saber de indígenas, com o saber das populações urbanas segregadas, com o saber camponês (e a Geografia buscaria subsídios materiais-subjetivos nos imaginários individuais e coletivos).<sup>9</sup>

Podemos, nesta altura, levantar uma indagação que dá corpo à discussão teórica em tela: *do espaço puro e frio, do fetichismo do espaço e do periurbano (pseudoconcreticidade dos espaços da vida ativa) como atingirmos o urbano e a forma urbana?* Em face da *Geografia* que se produz e se reproduz na academia e no mundo circundante, qual a contribuição ou o alcance possível (utópico?) consolidado, por exemplo, pelas denominadas Geografia Urbana e Geografia Agrária?

De acordo com David Harvey, “as utopias do processo social têm o hábito de se perder no romantismo dos projetos interminavelmente abertos que nunca têm de chegar a um ponto conclusivo (no espaço e no lugar)” (Harvey, 2004, p. 228), o que conduz para a necessidade de construção de um utopismo espaço-

<sup>9</sup> Cf. SOUSA SANTOS, Boaventura de. (2007) *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo.



temporal, assim, dialético: “se vemos o espaço e o tempo como construções sociais (...) a produção do espaço e do tempo terão de ser incorporadas ao pensamento utópico. Logo, busca-se aquilo que chamarei de utopismo dialético” (Harvey, 2004, p. 239).

Esse utopismo dialético, proposto por Harvey, força-nos, inclusive, a buscar a forma dialética do espaço (espaço-tempo, concreto-abstrato), em que a produção do espaço aparece em uma concepção aberta resultante/promotora das contradições da reprodução social. “Logo, a tarefa consiste em determinar uma alternativa em termos que não de alguma forma espacial estática ou mesmo algum processo emancipatório aprimorado”, há de se “montar um utopismo dialético que tenha raízes fincadas em nossas possibilidades presentes, ao mesmo tempo em que aponta trajetórias diferentes para os desenvolvimentos geográficos desiguais humanos” (Harvey, 2004, p. 258).

Geografia e espaço – discurso e utopia fazem-se pares sobrepostos e entrelaçados que visam a alcançar a concretude da reciprocidade homem-mundo, homem-homem, homem individual e o grupo. Como destaca Thomas Ranson Guiles, em *História do Existencialismo e da Fenomenologia*, ao discutir o papel ativo de Sartre para a filosofia e as ciências, a reciprocidade dialética produzida na relação homem-mundo é necessária na medida em que seja vivida pelo homem concreto, sendo materialista só na medida em que o indivíduo descobrir nela a sua própria exterioridade em termos de seu trabalho e o resultado deste trabalho. “Portanto, a dialética não será mais uma lei cega, e sim, uma realidade vivida, o resultado da multidão dos homens que agem dentro de si e entre si dialeticamente” (Guiles, 1989, p. 355).

Apesar de Sartre ter se convencido de que, por um lado, o materialismo histórico fornece a única interpretação válida da história, por outro, o existencialismo constitui a única visão concreta da realidade. Acreditamos que ambas as interpretações se aproximam, uma vez que tratam, respectivamente, de uma análise da história e de uma análise das condições humanas da existência em essência e nos lugares, conforme salienta Thomas Guiles em relação ao significado que Sartre acreditava ter tido no enriquecimento do materialismo histórico.

*Todavia, ele [Sartre] não recusa o materialismo histórico. Pelo contrário, continua a crer que essa tendência prática proporciona os únicos instrumentos de ação eficazes da história. Mas a verdade dessa proposição é prática, empírica. Seus fundamentos filosóficos são princípios diretores, indicações de tarefas, problemas e não verdades concretas. Para Sartre, a política comunista desenvolveu-se em detrimento da filosofia comunista. Na Crítica (1960), Sartre propõe enriquecer os substratos filosóficos do materialismo histórico, cuja verdade prática é inegável para ele. (Guiles, 1989, p. 355)*

Assim, enriquecer filosoficamente o materialismo histórico significa dar substrato à análise empírica concreta, de forma que, para a *Geografia*, isto pode representar uma leitura crítica do mundo, mas não negativa das possibilidades, as quais perseguimos durante todo este ensaio. Encaremos, sem preconceito ideológico e, é claro, acadêmico a provocação de Thomas Ranson Guiles de que,

*O pensamento marxista atual não é senão uma antropologia empírica, ao passo que seria preciso que num marxismo vivo se incorporassem as disciplinas que até agora se colocavam fora dele. Dessas disciplinas, é essencialmente a fenomenologia que estuda as estruturas da existência, e descobre que os fatos primeiros da existência não são os fatos sociais, e sim, os fatos da consciência. (Guiles, 1989, p. 356).*

Se, por um lado, a *Geografia* busca interpretar elementos biológicos, cósmicos e espaciais, por outro, ela não deixa de se debruçar sobre a experiência humana, a consciência que se reproduz a partir do espaço vivido, onde se perpetua a vida ativa. Nesse sentido, não defendemos como ponto de partida da análise geográfica o mundo material ou o mundo ideal (este ou aquele), mas indicamos a simultaneidade dessa visão (este e aquele). Nessa leitura, o homem e a sociedade não são tomados como resultado apenas das condições sociomateriais do mundo em que vivem, mas como símbolos das ações que formam a consciência em dadas condições materiais. Eis a síntese que visa conciliar o marxismo ao pensamento existencialista, ou seja, explicar a realidade do indivíduo e da sociedade pelas suas condições sociomateriais junto à interpretação da experiência vivida, ou seja, trazer ao debate crítico sobre as condições de existência um debate sobre sua essência, em que a dialética perpassa a mecânica social concreta e, também, a vivida pelo indivíduo e pela sociedade.

Em resumo, a *Geografia*, enquanto ciência e existência, interpreta as contradições espaciais a partir de uma dada situação, que condiciona os indivíduos e a sociedade, e face a essa sociedade que reproduz sua situação. A experiência

vivida pelo indivíduo é marcada pelo fenômeno social e, também, do aspecto vivo, vivido do fato estatístico, geral e social.<sup>10</sup>

A conciliação a ser feita pela *Geografia* é, então, a da busca da totalidade e da totalização, a passagem do individual para o coletivo e da história para a consciência e vice-versa. Talvez esse seja um profícuo caminho para uma crítica que se faça propositiva, a partir do conhecimento material-existencial do mundo.

A aceitação de uma fenomenologia dialética e de um materialismo existencial anula a questão do que aparece antes: matéria ou essência, ser ou consciência, teoria crítica ou prática revolucionária. O espaço, ao comportar essência e matéria, forma e conteúdo, processo, é dado também pela existência de históricos seres-no-mundo. A absolutização de um método radical representa um dogmatismo para particulares visões de mundo.

Resta recapitular dois princípios lógicos da *Geografia* para o fechamento desta leitura sobre materialismo-existencialismo, discursos e utopias geográficas: *localização* e *distância* – elementos do espaço e pontos para a reflexão concreta sobre *o discurso* e as *utopias espaciais*.

O sentido de localização está atrelado ao fundamento geográfico da essência do ser, quando se afirma que a *Geografia* é, também, existência. Ou seja, “é na localização que o ser se vê determinado por uma específica Geografia. É quando podemos ver a Geografia como categoria da existência” (Martins, 2007, p. 48). No entanto, essa localização não pode ser taxada a partir de coordenadas, mas no seu sentido qualitativo, relativo. Nessa análise, busca-se o sentido da localização no contexto de diferentes extensões e de diferentes distâncias

<sup>10</sup> Para uma leitura complementar dessa reflexão, ver Guiles (1989).

(materiais, afetivas, imaginárias, de imaginação e de imaginários).

*Mediante isso, ter consciência geográfica é ter compreensão do Sentido de Localização, é ter para si a trama de relações de distâncias qualitativas de extensão variada a qual o ser está inserido, em quais nexos de ritmos está envolvido, ou seja, em quais tempos geográficos seu cotidiano está mergulhado. Em que contexto geográfico se insere seu Habitat. Representa a consciência das sucessivas geografias derivadas do processo histórico. (Martins, 2007, p. 48)*

O homem vive ou sobrevive em um meio, interagindo neste contexto, em dada localização, o que representa existir neste meio, onde objetiva seus conteúdos de existência. “É aí neste meio geográfico que o homem encontra o seu sentido de localização. Onde estou, e onde estão as outras coisas que compõem minha alteridade, qual sua distribuição, qual a distância que estão de mim”, a busca é pela interpretação: “qual a Geografia que me cerca em sua extensão e que representação tenho dela: essa representação equivale ao sentido de localização, ou à consciência geográfica” (Martins, 2007, p. 48).

O que devemos apreender dessa reflexão é que, com a fundamentação dos mundos da significação, do mundo de ideais e de ideias, também se movimenta o mundo concreto que não nega tais princípios no movimento histórico. Distância, localização e extensão, três dos princípios caros à *Geografia*, incorporam a existência histórica e, mais, devem ultrapassar a coisificação do mundo, agregando o conhecimento humano como essência da existência nos e dos lugares.

Pensar em localização e distância, em uma perspectiva propositiva e não da

negatividade e recusa das utopias espaciais, exige-nos reconhecer o papel das distâncias e seus sentidos. As emoções, as causalidades, a cultura, a arte, os objetos, as ações, a existência e as essências vinculadas ao espaço são alguns dos cem números de elementos que dão forma e conteúdo à *Geografia*, que é ciência e existência.

Nossa proposição não é inédita. Entretanto, parece esquecida por muitos geógrafos crítico-radicalis e outros cientistas que se centram na crítica da produção concreta do espaço que é fechada nela própria. Dessa forma, são pouco utópicos, pouco otimistas e não propositivos, tornando-se míopes na busca da concreticidade das hegemonias e contra-hegemonias que regem o mundo ao taparem os olhos para o entendimento das práticas advindas do ordenamento do território ou da produção das paisagens.

Mesmo Sartre, fundado no existencialismo, tentou superar as quatro grandes dicotomias da história do pensamento ocidental, conforme aponta Thomas Guiles. Primeiro, “a dicotomia ontológica entre substâncias: espírito contra matéria, que levou às tentativas idealista e materialista de reduzir toda a realidade a uma ou outra dessas categorias”. Segundo, “a dicotomia epistemológica que visou a separar realidade e aparência, objeto concreto e ideia”. Em terceiro lugar, “a dicotomia antropológica, que tentou dividir o homem em dois comportamentos, um corpo sujeito ao determinismo em contraste com o livre arbítrio”. Em quarto lugar, “a dicotomia metodológica, em que surge o racionalismo contra o irracionalismo, onde se enfaixa respectivamente lógica e intelecto contra vontade e emoções, e vice-versa”. (Guiles, 1989, p. 367)

As duas primeiras superações tentadas por Sartre são as que nos interessaram

neste ensaio introdutório. Superar a dicotomia entre materialismo e idealismo e a dicotomia entre objeto concreto e ideia está na base da teoria sartreana, para além de uma crítica radical. Essa superação pode nos conduzir à reflexão sobre o papel protagonista das utopias, no momento em que se torna fundamental entendermos os imaginários e as representações coletivas para definirmos o percurso do pensamento e da *práxis manipulativa integradora*. A partir da interpretação desse imaginário, seremos capazes de desferir uma análise sobre o “utopismo oculto de tal imaginário para agirmos como arquitetos de nosso próprio destino ao invés de [...] impotentes marionetes de pano dos mundos institucionais e imaginativos que habitamos” (Harvey, 2004, p. 211).

Por fim, o mundo é, pois, edificado e imaginado e pode também ser reconstruído a partir da imagem que fazemos ou trazemos dele. Nessa imagem, apesar de o capital se reproduzir em extensão e profundidade, ou, como lembra Paula (2011, p. 01), “ser capaz de se favorecer do conjunto da vida social e, portanto, fazer da urbanização um campo para a reprodução capitalista da riqueza”, não surpreendendo que as ciências e as técnicas estejam ao dispor das estratégias de controle, dominação, complexização e valorização do espaço, negar radicalmente o Estado e o planejamento não parece ser a via factível para a almejada *geografia do possível*. Encarar o desafio da proposição de novos métodos e mesmo modelos para a leitura do território, com suas tramas de poder, pode ser uma saída para a captura do espaço em movimento, em que o planejamento pode ter um outro significado que não o de dominação e controle, mas o de projeção de caminhos possíveis para o alcance de uma nova justiça social, em que os sujeitos empobrecidos pela inclusão subalterna, marginal e

precária<sup>11</sup> possam ter a possibilidade de sonhar e de lutar por um futuro melhor.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. G. (2008) Aportes teóricos e os percursos epistemológicos da geografia cultural. *Geonordeste*. Ano XIX, nº 1, p. 33-54.
- CARLOS, A. F. (2009) A “ilusão” de transparência do espaço e a “fé cega” no planejamento urbano – desafios de uma geografia urbana crítica. *Revista Cidades*. Vol. 1, nº 1, p. 289-306.
- DAMIANI, A. L. (2009) Urbanização crítica e produção do espaço. *Revista Cidades*. Vol. 1, nº 1, p. 307-340.
- DAMIANI, A. L. (2011) Des-encontros entre a Geografia e o urbano. Palestra proferida no XII Simpósio Nacional de Geografia Urbana, Depto. de Geografia da UFMG, Belo Horizonte.
- GUILES, T. R. (1989) *História do existencialismo e da fenomenologia*. São Paulo: Edusp.
- HARVEY, D. (2005) *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Loyola.
- HARVEY, D. (2004) *Espaços de esperança*. São Paulo: Loyola.
- IANNI, O. (2011) Ciência e Utopia. In: *A sociologia e o mundo moderno*. São Paulo: Civilização Brasileira.
- KOSÍK, K. (1976) *Dialética do concreto*. São Paulo: Paz e Terra.
- LEFEBVRE, H. (1991) *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática.
- LUKÁCS, G. (1965) *Prolegomenos a uma estética marxista*. Cidade do México: Editorial Grijalbo.
- MARCUSE, H. (1968) *Materialismo histórico e existência*. Trad. Vamireh Chacon. 2ª ed.

<sup>11</sup> Para a discussão de inclusão subalterna, precária e marginal, indicamos a leitura de José de Souza Martins (1997).



Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

MARTINS, E. R. (2007) Geografia e ontologia: fundamento geográfico do ser. *Revista Geosp – Espaço e Tempo*, São Paulo, nº 21, p. 33-51.

MARTINS, J. S. (1997) *Exclusão e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. (2007) *A Ideologia Alemã. Feuerbach – A Contraposição Entre as Cosmovisões Materialista e Idealista*. Trad. Frank Muller. São Paulo: Martin Claret.

NIETZSCHE, F. (2004) *A Gaia Ciência*. Trad. Jean Melville. São Paulo: Martin Claret, 2004.

PAULA, J. A. (2011) *Ciência e Utopia*. Palestra de abertura do XII Simpósio Nacional de Geografia Urbana, Depto. de Geografia da UFMG, Belo Horizonte.

SARTRE, J. (2010) *Esboço para uma teoria das emoções*. Porto Alegre: L&PM.

SARTRE, J. (2010) *O existencialismo é um humanismo*. Petrópolis: Vozes.

SOUSA SANTOS, B. (2007) *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo.

SOUZA, M. L. (2004) *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand-Brasil.

SOUZA, M. L. (2004a) *Planejamento Urbano e Ativismos Sociais*. São Paulo: Editora da Unesp.

SOUZA, M. L. (2011) *O direito á cidade: uma utopia?* Palestra proferida no XII Simpósio Nacional de Geografia Urbana, Depto. de Geografia da UFMG, Belo Horizonte.